

50ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural
realizada em 08 de janeiro de 2020
Casa de Oliveira Lima

1ª CHAMADA		14h30
2ª CHAMADA		15h
FINAL		17h30min
Conselheiro(a)s Sociedade Civil	Titulares	Adélia Collier (Design e Moda), Augusto Ferrer (Arquitetura e Urbanismo), Andala Pereira (Zona da Mata), Claudio Gomes (Artes Visuais e Fotografia), Jocimar Gonçalves (Movimentos Sociais), Fábio Silva (Literatura), Guilherme Moura (Música), Livia Aguiar (Artesanato), Paula de Renor (Teatro), Virginia Anghinoni (Produtores Culturais), Teresa França (Cultura Popular de Matriz Africana)
	Suplentes	Ana Lúcia Silva (Gastronomia),
Conselheiro(a)s Poder Público	Titulares	Gilberto Freyre (Secult)
	Suplentes	Severino Pessoa (Fundarpe)
Ouvintes / Convidados		
Composição de mesa		Jocimar Gonçalves (Presidente do Conselho Estadual de Política Cultural)
Abertura da reunião		Presidente do Conselho Estadual de Política Cultural - CEPC/PE iniciou com explicações de ausências dos conselheiros Teresa França, Paula de Renor, Felipe Peres e Justino Passos.
Pauta	Votações	Encaminhamentos
1. Informes		
2. Documentos recebidos e enviados		
3. O Conselho Estadual de Política Cultural		
4. Regulamentação do Mecenato		
5. Esclarecimentos sobre Edital de Intercâmbio Cultural, Programa Estadual de Formação Cultural		
6. Aprovação do edital		
7. Eleição do Conselho Estadual de Política Cultural		
8. O andamento do Plano Estadual de Cultura		Próxima reunião dia 12/02/2020
1. Informes		
	<p>Adélia Collier agradeceu a presença do representante de design e moda que foram feitas propostas de ações para 2020 e doará alguns exemplares de livro denominado 3 anos do Spa das Artes ao Conselho Estadual de Política Cultural. No total são 75 exemplares, sendo 25 de cada ano.</p> <p>Andamento das Comissões:</p> <p>Jocimar Gonçalves tratou desse ponto a 1ª Comissão do Cavalo Marinho irá se reunir, no dia 10/01/2020, para finalizar as questões discutidas no Seminário do Cavalo Marinho ocorrido no município de Condado. A 2ª Comissão que estará se reunindo é a do Fórum Estadual dos Conselhos de Preservação e Política Cultural. Não tendomais nenhuma informação sobre as comissões passou para os convites feito ao Conselho Estadual de Política Cultural – CEPC/PE. O 1º foi uma notificação feita pelo Ministério Público Estadual para no dia 16/01/2020 comparecer a audiência de ação civil pública cuja temática será acessibilidade. O 2º é a solicitação da Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco – AD Diper para indicação para compor a comissão de pauta do Teatro Fernando Santa Cruz. A indicação pela plenária do CEPC/PE foi o nome da conselheira Paula de Renor e em virtude de sua impossibilidade foi o conselheiro indicado Feliciano Félix. Também apresentou a plenária a nova Gerente de Política Cultural da Secretaria Estadual de Cultura, Sra Leda Dias. Relatou que cada conselheiro recebeu duas atas para analisar quais as deliberações foram acatadas pela Secretaria Estadual de Cultura – SECULT/PE e quais estão pendentes. Informou que foi enviado o edital do Prêmio Hermilo Borba por e-mail para cada conselheiro após a análise da</p>	

	Comissão de Monitoramento de Editais do CEPC/PE.
2. O Conselho Estadual de Política Cultural e 7. Eleição do Conselho Estadual de Política Cultural	
	<p>Jocimar Gonçalves tratou da eleição do CEPC/PE. É lido uma proposta de edital para eleição do CEPC/PE para que os conselheiros presentes façam suas contribuições. Informou que foi orientado por Severino Pessoa a dar esclarecimentos aos conselheiros suplentes que os mesmos podem ser reconduzidos caso se candidatem.</p> <p>Guilherme Moura fez a sugestão para que as eleições das comissões sejam concomitantes com os segmentos do CEPC/PE.</p> <p>Jocimar Gonçalves propôs que haja a elaboração de outro edital de eleição especificamente para as comissões setoriais. Ressaltou que os representantes das comissões setoriais sejam chamados no dia da apresentação desse edital. Fez dois destaques que normalmente os editais da Secult/PE tem como uma das cláusulas a comprovação de residência em Pernambuco e isso seja incorporado para os candidatos ao CEPC/PE de residir há 2 anos no Estado e ter idade mínima de 16 anos e não mais 18 anos para se candidatar. Que em relação ao Conselho Estadual de Política Cultural para o devido funcionamento tem que ter uma estrutura mínima. Há um sentimento da sociedade civil que as deliberações postas em plenária não são atendidas pela Secult/PE por isso a necessidade que os conselheiros leiam as atas e retirem as demandas de cada uma. Após sua leitura percebeu que muitas das deliberações feitas foram atendidas porém há pendências como a criação de um e-mail institucional, a participação dos conselheiros nas reuniões da Comissão Deliberativa, a produção de um informativo para ser veiculado na TV/PE e a criação da lei Cultura Viva. Explicou que há uma lacuna de informação das atividades desenvolvidas pela Secult/PE e Fundarpe para CEPC/PE e pediu ao Secretário Estadual de Cultura que seja repassado para as gerências e para Fundarpe um comunicado que antes de alguma atividade cultural seja feito a comunicação ao CEPC/PE através de convite. Em relação a demanda para TV/PE há uma comissão já constituída no CEPC/PE que tem como um dos participantes o conselheiro Felipe Peres que faz parte da direção da Empresa Pernambuco de Comunicação e na composição da Comissão tem também uma jornalista da Secult/PE que poderia propor o conteúdo após conversar com os conselheiros do CEPC/PE.</p>
4. Regulamentação do Mecenato	
	<p>Gilberto Freire explicou que há uma discussão dentro da Secult/PE sobre temas e agora estar sendo debatido com a Secretaria da Fazenda de Pernambuco. A temática de renúncia fiscal estar sendo tratada por outros Estados é um debate denso. Esse problema também ocorre com outras Secretarias de Cultura para manter projetos que precisam do mecenato para nossa sorte há um entendimento diferente no Estado de Pernambuco.</p>
5. Esclarecimentos sobre Edital de Intercâmbio Cultural, Programa Estadual de Formação Cultural	
	<p>Gilberto Freire falou da importância do Fórum do Nordeste que também trata de cultura. No campo da cultura já foi aberto parceria com outro país para cooperação no segmento de música. Essa valorização da cultura e da parte técnica deverá trazer benefícios ao Estado em breve.</p> <p>Guilherme Moura abordou a questão do edital de intercâmbio aprovado em plenário com valor de 90 mil e como ficará a questão da formação continuada.</p> <p>Gilberto Freire respondeu que essas questões serão resolvidas através das parcerias que serão feitas ao longo de 2020.</p> <p>Guilherme Moura colocou que sempre encontrou como argumento de barreira a situação de precariedade do Sistema de Cultura.</p> <p>Jocimar Gonçalves propôs aos conselheiros estudo da atual lei do Sistema de Incentivo à Cultura – SIC para proposição de alteração. Verificar a possibilidade de serem feitas essas mudanças e em caso positivo se criar um grupo de trabalho. Pediu para começar a ter reuniões descentralizadas e que fosse feita a próxima reunião em Caruaru para mês de fevereiro.</p> <p>Gilberto Freire ponderou que o mês de fevereiro é muito demandado aos que estão relacionados com a cultura se poderia ser transferido para março. Decisão acatada pela plenária.</p> <p>Jocimar Gonçalves perguntou a plenária se poderia trazer a Presidente do Conselho de Cultura da Bahia – CEC/BA para troca de experiências e fortalecer as articulações institucionais entre os conselhos de cultura. A plenária acatou a sugestão.</p> <p>Virginia Anghinoni questionou situação dos conselheiros que veem ficando numa situação de precariedade por não ter ajuda de custo que esse debate tem que retornar ao CEPC/PE.</p> <p>Jocimar Gonçalves pediu ao Secretário de Cultura que seja mantida a hospedagem e a</p>

	alimentação aos conselheiros que residem fora da região metropolitana mas compreende que o debate deve retornar não só para essa situação relatada pela conselheira acima. Que ele mesmo tem dificuldade de chegar a reunião do CEPC/PE por não ter ajuda de custo. Ana Reis explicou que Secult/PE só não conseguiu avançar na questão de traslado dos conselheiros mas as solicitações de hospedagem e alimentação são feitas.
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Encaminhamentos:

1. Constar no final de cada ata os encaminhamentos da reunião corrente
2. Solicitar as escolas do Ministério Público e Tribunal de Contas curso de capacitação dos Conselheiros
3. Decidir com a Comissão de acordo com as pautas das reuniões ordinárias os pontos informativos que serão encaminhados para Empresa Pernambuco de Comunicação
4. Solicitar parecer quanto a idade do item 3.1. alínea a do edital de eleição do CEPC
5. Encaminhar a orientação a Comissão Eleitoral do CEPC para que não haja indicação de candidatos por pessoa jurídica
6. Revisão da Lei do SIC
7. Convite ao Conselho Estadual da Bahia
8. Ter uma reunião ordinária do CEPC em Caruaru no mês de março
9. A eleição das Comissões Setoriais junto com CEPC – Propor um edital específico para eleição da Comissão Setorial
10. Retornar ao debate quanto deslocamento ou ajuda de custo aos Conselheiros
11. Encaminhar as atas pendentes até próxima reunião